



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES

LEI COMPLEMENTAR N.º 75, DE 08 DE MARÇO DE 2019.

"INCLUI O ARTIGO 69-A À LEI COMPLEMENTAR N.º 01, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO), DA FORMA QUE MENCIONA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

José Sebastião de Oliveira, Prefeito do Município de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica incluído o artigo 69-A à Lei Complementar n.º 01, de 27 de dezembro de 2001, com a seguinte redação:

"Art. 69-A - O ISSQN devido na prestação de serviços de registros públicos, cartórios e notariais será calculado sobre o valor dos emolumentos dos atos notariais e de registro praticados."

§ 1º - Não se inclui na base de cálculo do imposto devido sobre os serviços mencionados no caput deste artigo o valor da Taxa de Fiscalização Judiciária do Estado de Minas Gerais, cobrada juntamente com os emolumentos, bem como a compensação dos atos gratuitos (Recomp), prevista na Lei Estadual n.º 15.424, de 30 de dezembro de 2004.

§ 2º - Os tabelões e escrituras deverão destacar, na respectiva nota de emolumentos dos serviços prestados, o valor relativo ao imposto, calculado sobre o total de emolumentos e acréscimo destes.

§ 3º - O valor do imposto destacado não integra o preço do serviço.

§ 4º - Os tabelões e escrituras ficam dispensados da emissão de nota fiscal, bastando para tal fim a nota de emolumentos."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Francisco de Sales, 08 de Março de 2019.

JOSÉ SEBASTIÃO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 76, DE 08 DE MARÇO DE 2019.

"Dispõe sobre a extinção da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer e criação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, do Município de São Francisco de Sales, da forma que menciona, e das outras providências".

José Sebastião de Oliveira, Prefeito do Município de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica extinta a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Art. 2º - Fica criada a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com a estrutura administrativa constante do Artigo 18C da Lei Complementar n.º 13/2005, incluído pelo Art. 9º da presente Lei.

Art. 3º - Cria-se a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, com a estrutura administrativa e atribuições constantes do Artigo 18D da Lei Complementar n.º 13/2005, acrescentado pelo Art. 10 da presente Lei Complementar.

Art. 4º - Fica alterado o inciso III do art. 11 da Lei Complementar n.º 13, de 24 de fevereiro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11-...

III - Órgãos de Atividades Específicas:

- a) Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) Secretaria Municipal de Educação;
- d) Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- e) Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- f) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- g) Secretaria Municipal de Agropecuária, Piscicultura e Aquicultura;
- h) Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Meio Ambiente."

Art. 5º - Fica alterado o título da Seção VII da Lei Complementar n.º 13/2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"SEÇÃO VII

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER"

Art. 6º - Revoga-se, na totalidade, o Art. 18B da Lei Complementar n.º 13, de 24 de fevereiro de 2005.

Art. 7º - Fica acrescentado à Lei Complementar n.º 13, de 24 de fevereiro de 2005, o artigo 18-C, com a seguinte redação:

"Art. 18-C - A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação, e execução de atividades relativas à Cultura e ao Turismo, inclusive em parceria com órgãos da mesma atividade de outros entes da federação.

§ 1º - Compete à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:

I - administrar, supervisionar e incentivar as atividades culturais do Município, inclusive festas populares e folclóricas e comemorações históricas;

II - apoiar e incentivar instituições, grupos e movimentos culturais locais;

III - promover e incentivar o artesanato local, através de feiras e exposições, inclusive em intercâmbio com outras regiões;

IV - preservar e incentivar as agremiações que se interessam pelas danças típicas, pelo folclore regional e local, viabilizando os meios necessários à sua promoção;

V - coletar dados, informações e documentos com a finalidade de constituir o acervo cultural e histórico do município;

VI - incentivar o turismo rural no município, em parceria com entidades e órgãos de outras esferas de governo.

VII - elaborar e acompanhar plano de atividades turísticas pertinentes ao município, catalogando todos os pontos turísticos e registrando em banco de dados para divulgação;

VIII - elaborar material de divulgação e incentivar a vinda de turistas ao município;

IX - elaborar o calendário anual das festividades cívicas e de outras comemorações, respeitando as tradições turísticas locais;

X - analisar os projetos apresentados pelos interessados em receber os incentivos ofertados pelo Município, bem como verificar a viabilidade e legalidade de tais projetos;

XI - assessorar o Prefeito em matérias de sua competência.

§ 2º - Compõem a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:

I - Departamento de Cultura e Patrimônio Cultural  
a) Divisão de Programas e Projetos Especiais  
a.1) Setor Municipal de Patrimônio Cultural - SEMPAC

II - Departamento de Turismo  
a) Serviço de Turismo

Art. 8º - Fica acrescentado à Lei Complementar n.º 13, de 24 de fevereiro de 2005, o artigo 18-D, com a seguinte redação:

"Art. 18-D - A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação, e execução de atividades relativas ao Esporte e Lazer, inclusive em parceria com órgãos da mesma atividade de outros entes da federação.

§ 1º - Compete à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:

I - administrar, supervisionar e incentivar as atividades esportivas do Município;

II - promover atividades esportivas e de lazer em conjunto com as associações comunitárias;

III - desenvolver em parceria com a Secretaria Municipal de Educação atividades esportivas para alunos da rede municipal de ensino;

IV - analisar os projetos apresentados pelos interessados em receber os incentivos ofertados pelo Município, bem como verificar a viabilidade e legalidade de tais projetos;

V - assessorar o Prefeito em matérias de sua competência.

§ 2º - Compõem a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:

I - Departamento de Esporte  
a) Divisão de Esporte Especializado e Amador  
a.1) Setor de Recreação  
a.1.a) Seção de Esporte

II - Departamento de Lazer  
a) Serviço de Lazer

Art. 9º - O Poder Executivo poderá, através de Decreto, conferir novas atribuições aos órgãos da administração pública municipal previstos nesta Lei, desde que compatíveis com sua área de competência.

Art. 10 - Ficam suprimidas do Organograma da Estrutura Administrativa da Prefeitura de São Francisco de Sales, implantada pela Lei Complementar n.º 13/2005, as unidades ora extintas e incluídas as unidades criadas pela presente Lei, conforme Anexos I, II e III desta Lei, permanecendo inalterados os demais.

Art. 11 - Para extinção e criação das Secretarias Municipais e seus respectivos órgãos de que trata esta Lei, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a determinar, mediante Decreto, os seguintes procedimentos:

a) provimento dos respectivos cargos, com a posse de seus titulares;

b) adaptação do orçamento e dos órgãos que compõem a estrutura administrativa existente aos parâmetros da estrutura criada pela presente Lei, mediante Decreto; e

c) adequação das condições necessárias ao funcionamento das citadas Secretarias, através de elementos materiais e humanos indispensáveis aos procedimentos de sua implantação.

Art. 12 - As despesas decorrentes da extinção e criação das Secretarias mencionadas nesta Lei serão contabilizadas nas dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal de 2019.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente os dispositivos e anexos da Lei Complementar n.º 13, de 24 de fevereiro de 2005, Lei Complementar n.º 37, de 07 de março 2013 e Lei Complementar n.º 59, de 18 de agosto de 2017, e demais dispositivos que contrariarem o disposto na presente Lei.

São Francisco de Sales, 08 de Março de 2019.

José Sebastião de Oliveira  
Prefeito Municipal